

# Tribunal Judicial de Lisboa

## Juízo de Instrução Criminal n.º 4

Processo Penal n.º 2023/0456 – Burla Informática por Phishing – Transferências Fraudulentas de €32 000

Lisboa, 22 de fevereiro de 2026

---

### Despacho de Aceitação de Revisão da Sentença e Autorização para Reabertura da Instrução

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo penal supra referido, em que são partes:

- **Ministério Público**, representado pela Procuradora **Marta Santos**, O.A. 54321;
- **João da Silva**, residente em Lisboa, contribuinte n.º 123 456 789, representado pelos advogados **Ana Pereira**, O.A. 12345, e **Luís Carvalho**, O.A. 67890;

e tendo em conta o requerimento apresentado pela parte autora, datado de **15 de fevereiro de 2026**, que solicita a revisão da sentença proferida em **12 de dezembro de 2024**, com fundamento no **artigo 376.º do Código de Processo Civil**, bem como a juntada de novo elemento probatório consistente em **cópia autenticada de e-mail de phishing** e **relatório pericial de análise forense digital** elaborado pelo perito **Dr. Carlos Mendes**, O.A. 98765, datado de **10 de fevereiro de 2026**, passo a deliberar:

---

**1. Consideração dos fundamentos do pedido** 1.1. O Ministério Público demonstra, através da documentação ora apresentada, a existência de um novo facto que, se comprovado, pode influir de forma substancial na avaliação da responsabilidade criminal do réu, nomeadamente a identificação de um **servidor de e-mail externo** que teria sido utilizado para a prática do phishing, o que sugere a possibilidade de autoria ou coautoria distinta da pessoa de João da Silva.

1.2. O relatório pericial indica, com grau de certeza **alto**, que o endereço IP de origem das mensagens fraudulentas corresponde a um **data centre localizado fora da UE**, não associado a nenhum dos dispositivos eletrónicos previamente apreendidos nos autos.

1.3. Nos termos do **artigo 217.º do Código Penal**, a tipificação da burla informática permanece válida, porém a existência de indícios de participação de terceiros pode justificar a reavaliação da culpabilidade e, por conseguinte, da pena aplicada.

---

**2. Fundamentação jurídica** 2.1. O **artigo 376.º, n.º 1**, do Código de Processo Civil prevê a possibilidade de revisão da sentença quando, no curso da execução, surgirem factos novos, relevantes e não conhecidos pelo tribunal à data da decisão. Ainda que o presente procedimento seja penal, o princípio da **verdade real** e da **garantia do contraditório** impõe ao tribunal a adoção de medida análoga, nos termos do **artigo 16.º, n.º 2**, da Constituição da República Portuguesa e do **artigo 284.º**, alínea a), do Código de Processo Penal.

2.2. O **artigo 287.º, alínea b)** do CPCP autoriza o juiz a determinar a prática de diligências complementares quando surjam novos elementos que possam alterar a convicção do tribunal.

2.3. Assim, a aceitação do pedido de revisão da sentença e a consequente reabertura da fase de instrução encontram amparo nas normas supra-referidas, bem como no princípio da **cautela jurídica**, que impõe ao juiz a necessidade de assegurar que a decisão final reflita a totalidade dos factos prováveis.

**3. Decisão** 3.1. **Aceito** o pedido de revisão da sentença apresentado pelo Ministério Público, autorizando a reabertura da fase de instrução nos termos do presente despacho.

3.2. **Determino** a prática das seguintes diligências:

Diligência	Responsável	Prazo
<b>Intimação</b> do perito <b>Dr. Carlos Mendes</b> para que, no prazo de <b>5 (cinco) dias úteis</b> , apresente, sob juramento, esclarecimentos adicionais sobre a origem do endereço IP identificado e a cadeia de transmissão dos e-mails fraudulentos.	Juiz de Instrução Criminal	5 dias úteis
<b>Audição</b> do réu <b>João da Silva</b> para que, no prazo de <b>10 (dez) dias úteis</b> , responda aos novos elementos probatórios, podendo apresentar defesa escrita ou verbal.	Juiz de Instrução Criminal	10 dias úteis
<b>Requisição</b> de informações ao <b>provedor de serviços de e-mail</b> do data centre identificado, mediante carta-pedido ao <b>Data Centre International Ltd.</b> , para obtenção de registos de acesso e logs de conexão relativos ao período de <b>10 a 25 de março de 2023</b> .	Ministério Público	15 dias úteis
<b>Designação</b> de novo perito informático, caso se verifique necessidade de aprofundamento da análise forense dos dispositivos apreendidos.	Juiz de Instrução Criminal	20 dias úteis

3.3. **Suspendo** a execução da sentença proferida em **12 de dezembro de 2024**, até ao término da nova fase de instrução e à posterior decisão judicial sobre a matéria em causa.

3.4. **Comunique** às partes, por meio de notificação eletrónica, a presente decisão, bem como as datas e os termos das diligências acima especificadas, nos termos do **artigo 292.º do CPCP**.

3.5. **Registre** nos autos a juntada da **cópia autenticada do e-mail de phishing** (documento nº 01/2026) e do **relatório pericial de análise forense digital** (documento nº 02/2026), bem como a sua inclusão no **caderno de prova**.

---

**4. Disposições finais** 4.1. As partes ficam advertidas de que o não cumprimento dos prazos estabelecidos neste despacho poderá implicar a aplicação das sanções previstas no **artigo 301.º do CPCP**, nomeadamente a condução coerciva ou a imposição de multas coercitivas.

4.2. Este despacho será publicado no **Diário da República Eletrónico** e afixado no quadro de avisos do Tribunal Judicial de Lisboa, nos termos do **artigo 260.º do CPCP**.

4.3. Notifique-se, publique-se e cumpra-se.

---

Lisboa, 22 de fevereiro de 2026

**Juiz de Instrução Criminal n.º 4**

*Tribunal Judicial de Lisboa*

*Assinatura digital:*

[Assinatura do Juiz]

**Cópia para:**

- Ministério Público – Secção de Instrução Criminal
- Advogados da defesa – Dr.<sup>a</sup> Ana Pereira (OA 12345) e Dr. Luís Carvalho (OA 67890)
- Arquivo do Processo – Processo Penal n.º 2023/0456